



PROCESSO N.º 260/08

PROTOCOLO N.º 5.673.641-7

PARECER N.º 493/08

APROVADO EM 08/08/08

CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: MAURÍCIO JOSÉ KACZMARECH

MUNICÍPIO: PONTA GROSSA

ASSUNTO: Consulta se um Bacharel em Física ou um Licenciado em Física, pode ser aceito em uma faculdade ou universidade, estadual ou privada, para ser professor de Geografia em uma Instituição de Nível Superior do Estado do Paraná.

RELATOR: OSVALDO ALVES DE ARAÚJO

I – RELATÓRIO

1. Histórico

Pela correspondência datada de 27 de março de 2008, fls. 03 e 04, o senhor Maurício José Kaczmarech, não menciona as suas qualificações, encaminha nova consulta a este Colegiado e solicita **“ajuda para desfazer tal mal entendido, seja, através de um novo parecer ou outra ação”**. (grifo nosso)

Após o recebimento do Parecer n.º 124/06-CEE/PR, datado de 12/05/06 que atendeu a sua consulta: “um Físico pode ser professor de Geografia nas **Instituições de Ensino do Estado do Paraná?**”, (grifo nosso) o senhor Maurício José Kaczmarech, encaminha outra consulta ao Conselho Nacional de Educação, obtendo a resposta por meio do Parecer CNE/CES n.º 16/2008, datado de 31 de janeiro de 2008.

(...)

Necessitei comprovar que o mesmo entendimento do Conselho Estadual de Educação, o qual afirmou que **“um Físico não está habilitado para ser professor de Geografia, nas instituições de Ensino do Estado do Paraná”**, também era de entendimento federal. Para tanto, encaminhei uma carta ao Conselho Nacional de Educação e a título de exemplificação, anexei o Parecer n.º 124/06 do Conselho Estadual de Educação do Paraná. (negrito nosso)

(...)

Refaço a minha pergunta para que não haja, por minha parte, falta de clareza. Peço então que o Conselho Estadual de Educação me faça a grande gentileza de me responder uma pergunta, por meio de um parecer técnico, a minha pergunta é:

Lembrando que compete às Instituições de Ensino Superior, dentro de suas normas internas para seleção e admissão de professores, bem como de Plano de Carreira Docente, definir o perfil adequado para cada docente que venha a contratar, para ministrar os componentes curriculares de seus cursos. E lembrando ainda que as IES devem levar em consideração o que estabelece a lei vigente, bem como os



PROCESSO N.º 260/08

critérios definidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, que são utilizadas pelas Comissões de Verificação no momento das avaliações *In loco* integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, bem como em observância às orientações do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Diante disto, pergunto se **um bacharel em Física ou um licenciado em Física**, pelas atuais legislações, normas e pareceres gerados pelos órgãos governamentais de controle do Ensino Superior, **pode ser professor de Geografia em uma instituição de nível superior do Estado do Paraná?** (negrito nosso)

2. No mérito

Cabe, inicialmente, esclarecer que a consulta que resultou o Parecer n.º 124/06-CEE/PR, datado de 12/05/06, limitou-se a responder o questionado: **“Um Físico pode ser professor de Geografia nas Instituições de Ensino do Estado do Paraná?”**.

Sendo assim, não houve impropriedade na resposta, pois na Educação Básica, é condição *sine qua non* para o exercício do magistério, o professor ter Licenciatura Plena na disciplina a que se propõe a lecionar.

Quanto à justificativa do interessado, nesta consulta de forma explícita que se refere ao Ensino Superior, entendemos que a formação da Graduação também é necessária na Área do Conhecimento que o professor irá ministrar suas aulas e transcrevemos trecho do Parecer CNE/CES n.º 16/2008, fls. 09 e 10, que expressa:

Quanto ao ensino superior, assim frisa o art. 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Verifica-se, portanto, que para a docência no ensino superior, **não há a exigência prévia de cursos de licenciatura**. Para esse nível da educação, faz-se necessário título obtido em programas de pós-graduação *lato ou stricto sensu* (esses últimos, reconhecidos pelo Ministério da Educação). (grifo nosso)

O Conselho Nacional de Educação na resposta acima, menciona a não exigência de cursos de licenciatura, mas não exige a graduação/bacharelado na área do conhecimento que o professor terá a docência, pois seria inviável um profissional da área tecnológica, por exemplo, ser um docente na área biológica.

Entretanto, transcrevemos uma vez mais o Parecer do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior n.º 16/2008, Voto do Relator, Conselheiro Aldo Vannucchi:



PROCESSO N.º 260/08

Voto no sentido de que (...) compete às Instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, dentro de suas normas internas para seleção e admissão de professores, bem como de seu Plano de Carreira Docente, definir o perfil adequado para cada docente que venha a contratar, para ministrar os componentes curriculares de seus cursos, levando em consideração o que estabelece a lei vigente. Também é importante que as Instituições atentem para os critérios definidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, que são utilizadas pelas Comissões de Verificação no momento das avaliações *in loco* integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Não obstante ao acima exposto, salientamos ainda, que é o Edital que direciona as exigências e ou requisitos necessários à contratação do professor que irá lecionar no ensino superior.

II - VOTO DO RELATOR

Dá-se por respondida a presente consulta do senhor Maurício José Kaczmarech, do município de Ponta Grossa.

É o Parecer.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Legislação e Normas aprova, por unanimidade, o Voto do Relator.
Curitiba, 07 de agosto de 2008.

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.
Sala Pe. José de Anchieta, em 08 de agosto de 2008.